

# Ano com desemprego e sem crescimento

**São Paulo** — As projeções dos economistas para 1999 trazem duas certezas: 1998 deixará saudade e a chegada do ano 2000 será bem aguardada. O desemprego saltará dos atuais 7% para a faixa dos 9%. O crescimento econômico deverá cair entre 1% e 3% e os juros continuarão elevados: baterão em dezembro em 20% ao ano e deverão reduzir bem a velocidade dos investimentos em fábricas, lojas e na agricultura. A boa notícia será a continuidade da inflação anual baixa, que deverá ficar entre 1% e 2%.

Para os analistas, o desempenho político do governo no Congresso será crucial no primeiro trimestre para diminuir a recessão de 1999. O mercado financeiro vai ser marcado por muito nervosismo até que o governo consiga a aprovação de duas medidas essenciais ao pacote fiscal divulgado em outubro, cortando despesas e aumentando receitas em até R\$ 28 bilhões: uma delas é a subida de 0,20% para 0,38% da CPMF. Outra votação importante envolve o aumento das contribuições do funcionalismo à

|                                    | O QUE OS ECONOMISTAS ESPERAM     |                                 |  |                                 |                                    |                               |
|------------------------------------|----------------------------------|---------------------------------|--|---------------------------------|------------------------------------|-------------------------------|
|                                    | Edmar Bacha<br>(BBA Credistanit) | Paulo Leme<br>(Goldman & Sachs) | Carlos Langoni<br>(Ex-presidente do Banco Central) | José Márcio Camargo<br>(PUC-RJ) | Luís Gonzaga Belluzzo<br>(Unicamp) | Luciano Coutinho<br>(Unicamp) |
| Crescimento (% do PIB)             | -1,5%                            | -2%                             | De -1% a -3%                                       | -1% a -2%                       | -1,5%                              | -1,5%                         |
| Inflação                           | 1,5% (IPC)                       | 1%                              | De 1% a 2%   | —                               | 1,5 a 2%                           | 1,5%                          |
| Desvalorização cambial             | 8,5%                             | 7,5%                            | 7,5%   | 7,5%                            | 7,5%                               | 7,5%                          |
| Taxas de juros                     | 20%                              | 21%                             | 22% (média ao ano)                                 | 18% (final do ano)              | 20% (final do ano)                 | 20% (final do ano)            |
| Balança comercial                  | Zero                             | + US\$ 3 bilhões                | - US\$ 500 milhões a + US\$ 500 milhões            | - US\$ 2 bilhões a zero         | +/- US\$ 500 milhões               | Zero                          |
| Déficit em conta corrente          | US\$ 26 bilhões                  | US\$ 25 bilhões                 | US\$ 24 bilhões                                    | US\$ 25 bilhões                 | US\$ 28 bilhões                    | US\$ 28 bilhões               |
| Déficit público nominal (% do PIB) | 4,7%                             | 5,3%                            | 5,0%   | 4,8%                            | 6,5% a 7%                          | 5,5%                          |
| Superávit primário (% do PIB)      | 2,6%                             | 2,2%                            | 2,0%   | 2,5%                            | 1,5%                               | 1,8%                          |
| Desemprego                         | 9%                               | —                               | Pouco acima de 10%                                 | 9%                              | 12% a 13%                          | 10,5%                         |

Previdência e a diminuição, na prática, dos benefícios pagos aos aposentados e pensionistas inativos.

O pedido aos deputados para que votem a favor das duas medidas até março, feito pelo secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, indica que o governo está muito preocupado com o tempo. Se forem aprovadas naquele mês, o Executivo poderá contar com R\$ 1,5 bilhão de receitas extras mensais a partir de julho. "Os in-

vestidores internacionais aguardam do Brasil respostas ágeis para aumentar a arrecadação. No segundo semestre, as metas de contenção de gastos serão mais apertadas, portanto as receitas não poderão cair", analisa Arturo Porzecanski, diretor do banco ING Barings.

## EMPENHOS

Ao aprovar todo o pacote fiscal no Congresso, o governo indicará aos investidores que está empe-

nhado em cortar despesas e melhorar as contas públicas. "Isso será fundamental para reconstruir a credibilidade do país junto à comunidade financeira", afirma Carlos Langoni, ex-presidente do BC. Edmar Bacha, um dos pais do Plano Real, confirma que o reaquecimento da economia no segundo semestre dependerá da reconquista dessa credibilidade: "Com o sucesso das votações, os juros cairão mais rapidamente, o refinan-

ciamento de linhas de créditos externas aumentarão, afastando o medo da fuga contínua de dólares. Diminuirá muito a tensão sobre a moeda, derrubando o risco de uma crise cambial."

Para alguns economistas, contudo, o Brasil não atingirá as metas acertadas no recente acordo assinado com o FMI. Na opinião de Luiz Gonzaga Belluzzo, professor da Unicamp, será muito difícil o governo cortar neste ano R\$ 30 bi-

lhões dos R\$ 72 bilhões do déficit público de 1998. Para ele, ajuste fiscal só dá certo quando há aumento de receitas, o que ocorre com a economia em expansão. "O cenário não é de crescimento. Além disso, os juros não ficarão abaixo dos 20%, o que aumentará os gastos públicos. O superávit primário (receitas menos despesas, sem juros), ficará em 1,5% do PIB, longe dos 2,6% fechados no acordo com o Fundo." (RL)